ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.634 - 6, PATRICIA SOUZA ANDRADE LÍCIO MOREL, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 24/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.575-1, ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.487 - 9, CLAUDIA APARECIDA FIDELIS RIBEIRO, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.246 - 9, ELVIS GONCALVES DE QUEIROZ, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.620 - 6, RODRIGO OLIVEIRA DE SOUSA, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 30/03/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.259 - 2, DANIELA FARACO DE PAULA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.296 - 4, ADELE MARIA DE PAULA SOUZA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.238 - 6, TAINA APARECIDA DA SILVA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.547 - 0, CELMA APARECIDA APOLINÁRIO BATISTA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.608 - 0, JAQUELINE APARECIDA DE SOUSA ROSA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.332-7, FABIANA XAVIER DA CRUZ MENDES, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.752-7, RAMON AUGUSTO DA SILVA BENTO, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 29/06/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.759-2, CRISTIANE ESTEVES ASSIS, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 29/06/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.994 - 5, RODRIGO EULER DE ALMEIDA SILVA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 01/09/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.233 - 7, ANGELA MARIA RAMOS DE ALMEIDA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 149.851 - 8, REGINA CLAUDIA DE AQUINO, ASPM-2E, referentes ao 2º lustro, a partir de 14/12/2018.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 149.870 - 8, LAIS DAS GRACAS GONZAGA, ASPM-2E, referentes ao 2º lustro, a partir de 19/01/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.376 - 4, WILSON RICARDO SATURNINO MARINS, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.466 - 3, HEMEKISON SILVA KAIZER, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.025 - 7, CINTIA BONIFACIO OLIVEIRA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 01/09/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.363 - 2, FERNANDA FERNANDES DA SILVA, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.556 - 1, WAGNER LOPES DOS SANTOS, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.827 - 7, SILVANA DE SOUZA FERREIRA, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 29/06/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 165.513 - 0, FRANCIELLI GABRIEL DA SILVA, ASPM-1C, referentes ao 1º lustro, a partir de 30/03/2019.

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESOAL – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art.31 da CE/1989, com redação dada pelo art.3º da EC57/2003, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil nº. N. 166.513 - 2, EDILA TATIANE SILVA SALLES, ASPM-1B, referentes ao 1º lustro, a partir de 03/01/2020.

24 1338758 - 1

Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM

Cel PM QOR Vinicius Rodrigues de Oliveira

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO
O Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSM, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º, letra “d”, da Portaria n.º 491, de 02/06/2015, autoriza afastamento para gozo de férias-prêmio, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2003 a servidora: Matrícula 1426685-2, HANA Zein Hussein Abdalla, cargo de Assistente Técnico de Segurança Social, por 30 dias, referente ao 1º quinquênio, a partir de 30/03/2020. Belo Horizonte, 24 de março de 2020.

(a) Paulo de Vasconcelos Júnior, Cel PM QOR
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

24 1338729 - 1

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO
O Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSM, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º, letra “d”, da Portaria n.º 491, de 02/06/2015, autoriza afastamento para gozo de férias-prêmio, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2003 ao servidor: Matrícula 1440059-2, Pedro Gomes Resende, cargo de Auxiliar Geral de Segurança Social, por 30 dias, referente ao 7º quinquênio, a partir de 24/03/2020.

(a) Paulo de Vasconcelos Júnior, Cel PM QOR
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

24 1338728 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS.
RESOLUÇÃO Nº 8.133, DE 24 DE MARÇO DE 2020
Institui, em caráter experimental, o Plantão Digital, por Videoconferência, na Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Lima e no Deplan III do Barreiro/Belo Horizonte.
O Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e o art. 22, I e X, da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013,
Resolve:

- Art. 1º – Fica instituído, em caráter experimental, o Plantão Digital, por Videoconferência, na Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Lima e no Deplan III do Barreiro/Belo Horizonte.
- Art. 2º – O plantão digital, por videoconferência, é caracterizado pela composição e presença de equipe policial civil em dois ambientes territoriais distintos, sendo um no plantão da Delegacia de Polícia do local da ocorrência do fato e outro no local de funcionamento da Deplan Digital.
- § 1º – O plantão da Delegacia de Polícia do local da ocorrência do fato é o destinado ao recebimento de condutores, vítimas, testemunhas, registros de eventos de defesa social, pessoas, objetos e valores apreendidos.
- § 2º – O local de funcionamento da Deplan Digital, onde atuam o Delegado de Polícia e o Escrivão de Polícia, é voltado às decisões da autoridade policial, à ordenação jurídica e à formalização de atos.
- § 3º – O plantão digital, por videoconferência, funciona de segunda a sexta-feira, entre 18h30min e 08h30min, e nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, durante 24 horas.
- Art. 3º – O Plantão por Videoconferência implica:
I – atendimento de ocorrências da área circunscrição da Delegacia de Polícia do local da ocorrência do fato por equipe de Investigadores de Polícia e outros servidores de apoio, se houver;
II – pressuposição de fé pública, derivada da presunção de veracidade, inerente a todo ato administrativo praticado por servidor público;
III – apresentação, ao Delegado de Polícia, de pessoas e objetos, por meio de instrumentos e tecnologias audiovisuais e digitais, a propiciar decisão pela lavratura de auto de prisão em flagrante e outros atos de polícia judiciária;
IV – execução, à distância, de atos processimentais de polícia judiciária, como depoimentos, declarações e careações, evitando-se deslocamentos desnecessários de vítimas, testemunhas e condutores, sem prejuízo do sigilo próprio da fase investigativa;
V – celeridade na produção de provas, sob a primazia dos direitos fundamentais e dos princípios da administração pública; e
VI – garantia da atuação da defesa do conduzido e da vítima em quaisquer dos dois ambientes territoriais de atendimento, em cumprimento ao inciso LXII do art. 5º da Constituição Federal.
- Art. 4º – A adoção de instrumentos e tecnologias audiovisuais e digitais não desonerará o Delegado de Polícia do cumprimento do disposto no art. 6º do Código de Processo Penal, o que poderá ocorrer por meio dos policiais civis em atividade na Delegacia de Polícia do local da ocorrência, por obediência ao inciso VI do § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013.
- Art. 5º – Na hipótese da lavratura de auto de prisão em flagrante, auto de apreensão em flagrante por ato infracional, auto de prisão em flagrante em conjunto com auto de apreensão em flagrante por ato infracional, lavratura de boletim de ocorrência circunstanciado, termo circunstanciado de ocorrência, diligência preliminar, expediente apartado de medida protetiva, deverão os investigadores de polícia em atuação na Delegacia de Polícia do local da ocorrência:
I – registrar ou receber a ocorrência policial;
II – receber e conferir todos os objetos arrecadados;
III – receber e conferir o valor da fiança paga para posterior exibição e entrega ao Escrivão de Polícia da Delegacia de Polícia competente para prosseguimento da investigação criminal; e
IV – acompanhar, remotamente, toda lavratura dos atos e termos de Polícia Judiciária, sob a direção do Delegado de Polícia em atuação no Deplan Digital.
- Art. 6º – As equipes com atuação no Plantão Digital, por Videoconferência, formalizarão procedimento operacional padrão a ser aprovado pela Superintendência de Investigações e Polícia Judiciária, com apoio da Assessoria de Planejamento Institucional da Chefia da PCMG.
- Art. 7º – As peças do procedimento policial presidido por videoconferência serão subscreitas pelo Delegado de Polícia e, conforme o caso, por aquele policial civil responsável pelo ato, por meio de assinatura digital devidamente certificada.

Art. 8º – O Investigador de Polícia da Delegacia de Polícia do local da ocorrência, no caso do Plantão Digital, é o responsável pela organização, autuação dos documentos e cumprimento das ações e formalidades decorrentes, como a entrega da comunicação de prisão ou apreensão à família do autuado, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, conforme o caso.

Art. 9º – Ficam destinadas salas reservadas e adaptadas na Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Lima e no Deplan III do Barreiro/Belo Horizonte, destinadas ao funcionamento do Plantão Digital, por Videoconferência.

Art. 10 – A fase de testes do Plantão Digital, por Videoconferência, iniciada em 20.01.2020, será encerrada com a aprovação do procedimento operacional padrão, referido no art. 6º, quando terá início a fase de consolidação, definida por ato do Chefe da PCMG.

Art. 11 – Aspectos técnicos e procedimentais derivados da fase de testes do Plantão Digital, por Videoconferência, serão objeto de acompanhamento pelo Chefe Adjunto da Polícia Civil, com apoio da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, da Superintendência de Informações e Inteligência Policial, da Superintendência de Planejamento Gestão e Finanças e da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, conforme a pertinência temática.

Art. 12 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, aos 24 de março de 2020.

Wagner Pinto de Souza
Chefe da Polícia Civil

24 1339020 - 1

**SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 01/SPGF/2020**

O Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, no uso de suas atribuições legais e no exercício de suas funções, estabelece, no âmbito da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças e das respectivas Diretorias, o regime de trabalho e funcionamento em virtude da Situação de Emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais Considerando o disposto no Decreto nº 47.886 de 15 de março de 2020, sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), bem como instituiu o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19; Considerando o disposto nas Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, sobre a adoção do regime especial de teletrabalho como medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus, e demais deliberações;

Considerando o disposto na Resolução nº 8.132 de 18 de março de 2020, da Chefia da Polícia Civil, publicado no Diário Oficial do dia 19/03/2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento em relação à situação de emergência em saúde pública, decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais.

Resolve:
Art. 1º - Esta portaria dispõe sobre as atividades e unidades estratégicas, bem como os serviços essenciais no âmbito da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, e, suas respectivas Diretorias, bem com a adoção do regime especial de teletrabalho, além do regime de escala mínima de trabalho nas unidades e nos serviços ora definidos como estratégicos e essenciais, no âmbito da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF, como medida profilática temporária ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

§1º- Para fins desta portaria, considera-se teletrabalho o regime de trabalho em que o servidor público executa parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas das unidades de lotação, por meio da utilização das tecnologias de informação e comunicação.
§2º- Para fins desta portaria, consideram-se unidades estratégicas: a Diretoria de Transportes; a Diretoria de Logística, Patrimônio e Manutenção; a Diretoria de Material Bélico; a Diretoria de Administração Pagamento e Pessoal; a Diretoria de Contabilidade; a Diretoria de Administração Financeira; a Diretoria de Planejamento e Orçamento; a Diretoria de Contratos e Convênios; a Diretoria de Aquisições; a Diretoria de Análise e Prestação de Contas; a Assessoria de Projetos; o Almoxarifado Geral e as atividades de plantão.

§3º - São serviços públicos prestados no âmbito da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, integrante da estrutura da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e suas respectivas Diretorias, na qualidade de essenciais, e que não podem sofrer descontinuidade:
I – coordenar, subsidiar, acompanhar e realizar atividades referentes à gestão de convênios municipais, estaduais e federais, de termos de colaboração, e, gestão de contratos, essenciais à manutenção dos serviços finalísticos e logísticos;
II – gerenciar o Sigcon-MG, Plataforma mais Brasil, Convênio Federais de Entrada, SIAD, SIAF, SIGPLAN e Portal de Compras;
III - Coordenar e executar emendas parlamentares estaduais e federais;
IV - realizar a gestão dos contratos e instrumentos congêneres, manter a articulação com os interessados; bem como realizar o faturamento dos serviços prestados, zelar e diligenciar pela quitação dos débitos existentes no âmbito da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
V – a celebração, o encerramento e o aditamento de contratos e instrumentos congêneres e a laboração de respectivas notas técnicas que os instruem;

VI – ordenação e processamento das despesas, para compras, pagamento de fornecedores, impostos, diárias;
VII – emissão de relatório contábil, prestação de contas no que tange a contratos, convênios estaduais, federais e municipais, processos de compras, diárias;
VIII – elaboração do relatório de prestação de contas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais a ser entregue ao Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG;
IX – realização dos pregões eletrônicos já agendados e os necessários para manter a logística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
X – gestão de compras, serviços de informática e frota;
XI - Promover a guarda, manutenção, abastecimento, conservação e controle da frota de veículos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

XII - Gerenciar e executar as atividades de gestão de pessoal no âmbito da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
XIII – a execução das atividades referentes a atos de admissão, evolução na carreira, concessão de direitos e vantagens, licenças, afastamentos, aposentadoria, desligamento e processamento da folha de pagamento, entre outros aspectos relacionados à administração de pessoal;
XIV – recebimento e expedição de documentos físicos ou eletrônicos destinados ao exercício das atividades essenciais no âmbito da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
XV- Gerenciar e executar as atividades de contabilidade, gestão orçamentária e financeira;

XVI - Gerenciar e executar a gestão de contratos e instrumentos congêneres, suas respectivas notas técnicas, bem como aquisições de bens e serviços, patrimônio móvel e imóveis;

XVII – Gerenciar as atividades necessárias para realização das manutenções prediais necessárias para o funcionamento das atividades de Polícia Civil;

XVIII - Gerenciar e executar as atividades de gestão e logística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

XIX – Gerenciar, executar, guardar e distribuir, material bélico necessário para realização das atividades essenciais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

XXI – realização de acompanhamento psicológico do servidor com utilização de tecnologia da informação e comunicação, a fim de adotar medida de prevenção ao adoecimento mental;

XXII – realização dos serviços afetos ao setor de engenharia, indispensáveis à estrutura logística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Art.2º - Os coordenadores, diretores e chefes de assessorias deverão identificar, no âmbito de suas competências, quais atividades são passíveis de serem exercidas em regime especial de teletrabalho, bem como aquelas que, necessariamente, devem ser exercidas presencialmente no local habitual de trabalho.

Art.3º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os coordenadores, diretores e chefes de assessorias deverão ainda identificar todos os servidores, sob sua gestão, que integram o grupo de risco de contágio pelo COVID-19.

§1º Para fins desta portaria, são consideradas pessoas integrantes do grupo de risco aquelas:

- I. Maiores de 60 anos;
- II. Gestantes;
- III.Lactantes;
- IV.Portadoras de diabetes
- V.Portadoras de doenças cardíacas;
- VI.Portadoras de doenças respiratórias crônicas;
- VII.Portadoras de doenças renais crônicas;
- VIII.Portadoras de imunodeficiência;
- IX.Portadoras de doenças crônicas;

§2º – A comprovação das situações de que tratam os incisos I, II e III ocorrerão mediante autodeclaração, e as hipóteses que trata os incisos IV a IX por meio de apresentação de atestado médico, ou outro documento hábil que demonstre a existência da enfermidade.

Art.4º - Os servidores integrantes do grupo de risco deverão, prioritariamente, adotar o regime especial de teletrabalho.

Art.5º – Nas unidades administrativas em que for constatada a necessidade de restrição à circulação e à aglomeração de pessoas, bem como nos casos em que não houver possibilidade ou autorização para realização do teletrabalho para as pessoas constantes do grupo de risco, será autorizado o afastamento do servidor, mediante a utilização de saldos de folgas, períodos de férias prêmio e férias regulamentares e ausências a serem compensadas, observando a seguinte ordem de prioridade:

- I – utilização das folgas compensativas a que o servidor tiver direito, adquiridas até a data de publicação desta deliberação;
- II – gozo de férias-prêmio adquiridas após 29 de fevereiro de 2004, conforme art. 117 do ADCT da Constituição do Estado, a que o agente público tiver direito, pelo período de quinze ou trinta dias, renovável, a critério da administração;
- III – antecipação do gozo de férias regulamentares, agendadas para o ano de 2020;
- IV – compensação da carga horária no prazo de até doze meses a contar da data de encerramento da Situação de Emergência em Saúde Pública no Estado em razão da epidemia infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único – Durante os afastamentos previstos neste artigo, o servidor não terá direito ao auxílio ou ajuda de custo para despesas com alimentação nem à ajuda de custo específica a que se refere o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

Art.6º - Os demais servidores, não integrantes do grupo de risco, após avaliação da chefia imediata, poderão adotar o regime de teletrabalho.

Art.7º - Para a adesão ao regime especial de teletrabalho, o servidor deve ter à disposição estrutura física e tecnológica compatível com suas atividades.

§1º - Os Diretores de cada área e a Coordenação da SPGF deverão adotar providências para viabilizar a execução do regime de teletrabalho, tais como:

- I. Preenchimento do mapeamento de viabilidade e prioridades para realização do teletrabalho, conforme Anexo I da presente portaria;
- II. Solicitação de VPN, acesso remoto, e dos equipamentos imprescindíveis para tanto;
- III. Designar as atividades aos servidores, elaborando plano de trabalho individual, conforme modelo constante no Anexo II da presente portaria.
- IV. Acompanhar a execução do trabalho, e validar o relatório encaminhado pelo servidor descrevendo as atividades realizadas no período;
- V. Encaminhar à CPGF, semanalmente, o relatório de atividades, conforme modelo constante no Anexo III da presente portaria, dos servidores em regime de teletrabalho.

VI. A CPGF encaminhará de forma compilada e sistematizada os relatórios ao SPGF;

§2º - O servidor que desempenhar suas atividades no regime especial de teletrabalho de que trata esta portaria deverá:

- I. Cumprir diretamente as atividades relacionadas ao regime especial de teletrabalho, constantes no plano individual de trabalho;
- II. Consultar regularmente a caixa de correio eletrônico (e-mail), conforme ajuste com a chefia imediata;
- III. Atender prontamente, durante o horário da jornada de trabalho, a toda e qualquer solicitação da chefia imediata para prestar esclarecimentos sobre as atividades desempenhadas, e sobre o cumprimento das demandas estabelecidas;
- IV. Elaborar e entregar à chefia imediata relatório de atividades, conforme modelo constante no Anexo III desta portaria, semanalmente, descrevendo de forma detalhadas as atividades realizadas.

§3º - Ficará a cargo da Coordenação da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, o recebimento e compilação dos planos individuais de trabalho, relatório semanais, para fins de controle do serviço realizado, verificação e ateste de frequência, e futura prestação de contas, tudo feito de forma digital.

§4 – A Coordenação de Planejamento, Gestão e Finanças, deverá apresentar semanalmente o relatório, compilado e sistematizado dos planos individuais de trabalho e relatório semanal de trabalho.

Art.8º - Os serviços realizados nas unidades estratégicas deverão ser desenvolvidos com os servidores que não integram o grupo de risco, em regime de escala reduzida, caso não seja possível a realização das atividades por teletrabalho, com a adoção de medidas excepcionais, tais como:

- I. Definição, pela chefia, de quantidade mínima de servidores que cumprirão a jornada presencial de trabalho;
- II. Alteração dos horários de início e término da jornada, quando possível;
- III. Restrição de horário de atendimento ao público e suspensão de atendimento presencial;
- IV. Revezamento entre servidores;
- Art.9º. Os casos omissos serão avaliados à luz das Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 20 de março de 2020.
Fernando Dias da Silva
Delegado-Geral de Polícia

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças
ANEXOS

Os Anexos que se referem a Portaria nº 01/SPGF/2020 encontram-se disponíveis na íntegra na Intranet da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

23 1338556 - 1

PORTARIA SPTC/PCMG Nº 07, DE 20 DE MARÇO DE 2020
Dispõe sobre normas e critérios para os procedimentos de pesquisa científica no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) da Polícia Civil de Minas Gerais.

O Superintendente de Polícia Técnico-Científica, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41, incisos VII e VIII, da Lei Complementar 129/2013 (Lei Orgânica da PCMG);
Considerando que cabe à PCMG o incentivo às atividades de pesquisas, conforme art. 16, incisos X e XV, da Lei Complementar 129/2013;
Considerando que as pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes, de acordo com as normativas vigentes no Brasil, dentre elas: RDC 466/12; Lei 8501/92; Declaração de Helsinque; Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos;

Considerando ser a Plataforma Brasil um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

Resolve:
Art. 1º - Para os fins previstos nesta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

- I - pesquisa - processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico;
- II - pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano (vivo ou morto), em sua totalidade ou partes dele, e o envolvimento de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados (laudos, relatórios, exames e seus resultados, prontuários, declarações de óbito, etc.), informações ou materiais biológicos (sangue, vísceras, ossos, tecidos, etc